

Números são favoráveis, diz BC

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, qualificou ontem, na Câmara dos Deputados, perante a CPI da dívida externa, de prematura qualquer previsão sobre a prorrogação ou não do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em vigor até o final de 1985, apesar de sua projeção de que a tendência de redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos continuará nos próximos anos até cair a zero em 1987.

Ainda ontem, o Banco Central divulgou os números que mostram o cumprimento "amplamente favorável" das metas traçadas pelo Brasil junto ao FMI para o primeiro trimestre deste ano, com déficit público nominal de Cr\$ 10,29 trilhões e real de Cr\$ 362,6 bilhões; saldo do crédito interno líquido das autoridades monetárias de Cr\$ 4,28 trilhões; superávit de US\$ 2,7 bilhões no balanço de pagamentos e dívida externa líquida — endividamento bruto menos reservas cambiais totais — de US\$ 89,9 bilhões, ao final de março último.

Sob o argumento de que "1986 ainda está muito longe", Pastore não quis comentar o futuro do atrelamento da economia brasileira às regras do FMI, após o final do atual acordo de três anos firmado no início de 1983 e a mudança de governo.

Já o ex-ministro da Indústria e do Comércio e deputado federal Marcus Vinicius Pratini de Moraes (PDS-RS) disse ao presidente do Banco Central que a classe política do Brasil e dos demais países devedores precisa buscar o entendimento com os parlamentares norte-americanos para que a renegociação das respectivas dívidas externas passe para o nível político, uma vez que as autoridades econômicas nada mais podem conseguir em negociações com o FMI e os bancos estrangeiros. Pratini de Moraes informou que, hoje à noite, iniciará viagem a Caracas e Washington para levar suas propostas.

Pastore esclareceu que o acordo com o FMI apenas determinou as mudanças estruturais para que a economia brasileira buscasse o crescimento "auto-sustentável", sem depender de poupança externa. Observou que, mesmo sem o programa do FMI, o Brasil não teria como fugir da regra fundamental de reduzir o déficit público, após ter alcançado o pico de 6 a 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

"O programa é áustero e duro, com os custos decorrentes dos cortes nos gastos governamentais e na oferta monetária. O Brasil não abdicou de sua soberania na definição de sua política econômica, mas teve que se adequar à realidade internacional. Outros devedores, como Costa Rica, Argentina, México e até a Inglaterra, também entregaram cartas de intenções ao FMI e aceitaram áusteros programas de ajuste" — afirmou Pastore.

O ex-ministro e deputado do PDS não aceitou a explicação de Pastore e reiterou que é indispensável soluções políticas para a dívida externa dos países em desenvolvimento. Ao longo do depoimento de cinco horas, o presidente do Banco Central teve diversos momentos de irritação com o tipo de questionamento do deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), a ponto de o parlamentar reclamar: "O senhor dá mais atenção aos auditores do FMI do que aos representantes do povo no Congresso Nacional".

METAS

Em nota à imprensa, o Banco Central ressaltou que o Brasil cumpriu as metas das "quatro variáveis estratégicas" para a avaliação pelo FMI do desempenho de sua economia no primeiro trimestre — déficit com financiamento do setor público, crédito interno líquido, balanço de pagamentos e endividamento externo (v. quadros).

Dados preliminares indicam que,

no primeiro trimestre, o déficit global do setor público não passou de Cr\$ 10,29 trilhões e ficou Cr\$ 1,46 trilhão abaixo do teto estabelecido. Também o déficit operacional foi contido em Cr\$ 362,6 bilhões, com folga de 937,4 bilhões em relação ao limite de Cr\$ 1,3 trilhão.

A administração federal chegou a registrar, no trimestre, superávit real de Cr\$ 1,28 trilhão, com o déficit nominal de apenas Cr\$ 1,62 trilhão, "refletindo o esforço de contenção nos gastos e a transferência de recursos fiscais para cobertura de despesas no orçamento monetário". Os Estados e municípios também registraram déficit real de apenas Cr\$ 170,5 bilhões, após o expurgo das correções monetária e cambial do déficit nominal de Cr\$ 3,43 trilhões.

Mas os serviços públicos federais, fundos e programas e Previdência Social ainda acumularam déficit real de Cr\$ 415,5 bilhões e as empresas estatais, de Cr\$ 332,2 bilhões — nominal de Cr\$ 4,08 trilhões, de janeiro a março. A soma das duas rubricas corresponde a mais do dobro do total do déficit real de o trimestre. Para financiar o déficit real de Cr\$ 362,6 bilhões e compensar o corte de Cr\$ 363,8 bilhões no crédito interno, o setor público contou com financiamento externo de Cr\$ 726,2 bilhões, nos três primeiros meses do ano.

O Brasil conseguiu ao longo do primeiro trimestre recompor em US\$ 2,47 bilhões as suas reservas líquidas, no conceito do FMI — ativo disponível menos compromissos a vencer em prazo inferior a 360 dias. A posição negativa das reservas no conceito do FMI caiu de US\$ 3,3 bilhões, em dezembro de 1983, para US\$ 760,8 milhões, em março último. Por isso, o saldo do crédito interno líquido ficou em Cr\$ 4,28 trilhões, ao final de março, com margem de Cr\$ 1,07 trilhão em relação ao teto de Cr\$ 5,35 trilhões estabelecido pelo FMI.